

A futura Nicarágua

ALVARO VALLE *

Nos últimos anos, o Brasil começou a perder-se do Ocidente. No campo do pensamento político, as radicalizações ideológicas desaparecem definitivamente do cenário de mundo civilizado. Cedem a doutrinas coerentes, liberais ou social-democratas. Aqui, as ideologias ressurgiram com uma virulência do princípio do século. Estamos aprovando uma Constituição fundamentalmente ideológica, sem qualquer compromisso com a modernidade, com o futuro que até os neomarxistas já aceitam, ou até com a realidade evidente e concreta do mundo de hoje.

O ódio aos estrangeiros no texto constitucional é uma das evidências da síndrome ideológica.

Ninguém hoje discute se o capital estrangeiro é bom ou mal. Não se trata de gostarmos ou não das supranacionais. É pouco provável que Gorbachev, por exemplo, tenha estima especial pelos empresários que está tentando atrair. As supranacionais são aéticas porque não têm obrigações com qualquer nação; não têm vínculos com qualquer povo. Mas existem, e o mundo moderno não pode viver sem elas.

Esse descompromisso tem para nós algumas vantagens. A remessa de lucros não se faz, como no século XVI, para a glória da Corte ou para a multiplicação das construções manuais. Nem para o enriquecimento dos sócios europeus das Companhias das Índias. O capital estrangeiro não é ávido em explorar-nos para remeter seu dinheiro "para lá" porque o "lá" não existe. Ele não tem seu Portugal nem sua Holanda. O "lá" pode ser "cá", desde que aqui lhe convenha. Isso já foi percebido até pelos economistas chineses. Sem prejuízo, então da soberania nacional, o que todos fazem é criar condições para que seu país receba o capital que traz poupanças, fruto do trabalho de outras terras e que vem ser investido no país da aplicação.

A Economia, infelizmente para nós, é uma ciência e não uma arte. Há equações matemáticas que não mudam, ao sabor de ideologias. Para sair de nossa profunda crise atual, precisamos investir muito, e simplesmente não há poupanças internas que nos permitam obter sequer uma percentagem do que é necessário. O leitor pensará "Vamos taxar os nossos ricos". Seria bom se resolvesse, mas o aumento de

impostos provavelmente não reduziria o consumo do Dr. Moreira Sales; certamente tenderia a reduzir seus investimentos. E aí o tiro sairia pela culatra. Para aumentar investimentos internos, teríamos de reduzir drasticamente o consumo. A Rússia de 17 fez isso, Cuba e Nicarágua também. A contrapartida inevitável é a ditadura que contenha a insatisfação popular. No caso soviético, o adicional de morticínio de muitos milhões de esquecidos e a construção de um Muro que separasse os mundos. Assim foi possível, mas quando o país cresceu e sofisticou-se tecnologicamente, a continuação da política de isolamento tornou-se insustentável. Gorbachev entrou em cena, e o Muro tem dias contados. Cuba e Nicarágua tiveram seus expurgos proporcionais, e são ajudados por maciços auxílios externos. Não recebem de empresas, que não interferem em sua soberania, mas de Estados que controlam seus governos. Sem poupança interna e sem capital externo, essa é a mágica que sonham em repetir aqui. Simplesmente, não há alternativas.

Para sermos corretos, poderíamos imaginar uma experiência à moda alemã (sempre regimes autoritários), que empolgasse a Nação em campanhas por mais trabalho e mais produtividade, em um grande esforço nacional. Mas justamente nesta hora, convidam o povo a trabalhar menos, a aposentar-se mais cedo, e a banquetear-se em uma previdência social que irá à falência no instante em que a Constituição for promulgada.

Acrescente-se o fato de que temos de exportar mais de US\$ 10 bilhões por ano de poupanças para pagar o serviço da dívida.

A partir de Juscelino, o Brasil ganhou nova dimensão, e o processo foi-se acelerando a passos largos. De repente, produzimos aviões e trabalhamos com fibras óticas, já até entendemos satélites e nossos foguetes começaram a ser disparados. Nossos automóveis são exportados. No Sul, eu conheço plantações de arroz que têm produtividade superior ao das melhores plantações do mundo. No Brasil Central fazem-se experiências genéticas em gado, que nem os americanos estão conseguindo repetir. Tudo isso, com colaboração da tecnologia estrangeira, e em benefício de nosso povo, que melhorou sua qualidade de vida e teve mais empregos.

Sugiro a um jovem de classe média ou submédia que pergunte a seu pai co-

mo era o Brasil de seu tempo. Se ele podia ter um fusca para ir à escola, se é que ele ia à escola. Como eram as estradas na sua cidade, às ruas, as comunicações.

Muitos não se dão conta de que vivemos em uma sociedade de massas, e não mais de elite. Começamos a ter de melhorar a qualidade de vida de todos porque todos entraram no processo. Os fracassos foram justamente no campo da alimentação e da habitação popular, por acaso onde o Estado colaborou com sua ineficiência e sufocou a empresa privada.

Não vivemos mais no Brasil do Império, quando um pequeno grupo se podia satisfazer com bons discursos e belas frases. Hoje, precisamos de fábricas, de grãos, de empregos. É uma mudança de escala, exigente de fortes investimentos e de nova mentalidade de nossos políticos.

O art. 200 do Projeto de Constituição é o bilhete de passagem para a Nicarágua. Define o que é empresa nacional, a quem todos os favores serão concedidos, inclusive os de reserva de mercado: constituída e com sede no país, controle decisório e de capital votante em caráter "permanente, exclusivo, incondicional, em mãos de pessoas físicas domiciliadas no País".

Contrariando os liberais clássicos ou os paleoliberais que ainda sobrevivem no Brasil, nós defendemos o protecionismo para a empresa nacional: privilégios e vantagens que as protejam, por algum tempo, contra a concorrência estrangeira. Com normas protecionistas, formaram-se todas as nações desenvolvidas.

Paradoxalmente, o protecionismo é peça importante para a atração do capital estrangeiro. As empresas instalam-se em nosso País para beneficiar-se dessas leis, poder disputar no mercado e fazer sua base de exportações. Mas, para isso, é claro que não podem ser discriminadas. Não nos interessa se o presidente é inglês ou paulista. Interessamos se seu capital está gerando aqui empregos e investimentos.

Alguém dirá: e a remessa de lucros? Sem capitais internos, a alternativa seria não trazer capitais mas fazer empréstimos. Pois nos últimos dez anos, empresas estrangeiras, mesmo considerando fraudes prováveis, remeteram menos lucros do que o que nós pagamos por nossos empréstimos! Este dado concreto mostra as vantagens da conversão da

dívida.

Quando até os países socialistas anunciam vantagens para captar investimentos externos, nós anunciamos no art. 201 do Projeto "Os investimentos de capital estrangeiro serão admitidos exclusivamente no interesse nacional". Ou seja, ele é a exceção, e, presumivelmente, prejudicial. Nós o queremos, preferentemente, para não dar lucros. No parágrafo terceiro de artigo anterior, já se avisara ao capital estrangeiro que não teria vez no fornecimento ao Poder Público (há setores no Brasil que não sobrevivem sem as compras do Estado).

No art. 206, excluem-se estrangeiros do aproveitamento da energia hidráulica, da pesquisa ou lavra de jazidas minerais. Algum axioma deve dizer que brasileiros são mais eficientes nestes setores. Se o problema é de segurança, brasileiros também poderão vender-se a potências estrangeiras. Enquanto isso, alguns minerais vão perdendo sua utilidade sem que os tenhamos explorado.

Em um parágrafo desse mesmo artigo, mandam embora as distribuidoras de derivados de petróleo, tentando beneficiar a Petrobrás. Não fosse o objetivo de criar a Nicarágua maior, pareceria levandade: esqueceram-se de telefonar ao presidente da Petrobrás, e pedir-lhe a opinião. Quando o Brasil precisa de capitais, querem expulsar os que resistem aqui e, a estas alturas, pagar indenizações de alguns bilhões de dólares. Querem desinvestir!

O art. 209 é catastrófico para o turismo, uma de nossas esperanças de divisas. O turismo internacional é hoje feito por grandes agências que controlam um mercado de bilhões de dólares. O turismo individual, de passagem no balcão, vai-se tornando irrelevante, estatisticamente. Uma grande agência internacional pode mudar a história do turismo brasileiro, se resolver, por exemplo, programar nosso País para as férias da Ford ou da General Motors. Pois, de uma penada, proibem a estrangeiros não só o transporte de cargas e pessoas, mas até o agenciamento. Expulsam nossos melhores clientes.

No art. 224, determinam-se restrições à compra ou mesmo ao arrendamento de terras rurais por estrangeiros. Grupos japoneses andavam sonhando com a criação de grandes centros de produção de alimentos no Brasil. Uma estrada até o Pacífi-

co, e eles teriam resolvido o sério problema de um país que pensa no futuro. Emprego para brasileiros, melhor tecnologia, investimentos maciços. Tudo isso é destruído em três linhas incoerentes.

A perseguição continua no art. 234, que proíbe a estrangeiros participar de serviços de saúde (mesmo com capital minoritário). Este é um artigo-símbolo, que caracteriza até onde nós pode levar a irresponsabilidade dos ideólogos. A preocupação não é com o paciente; é com a nacionalidade do médico. As viagens a Houston não foram proibidas.

Os artigos 254 e 255 corrompem a obra. O primeiro afirma que o mercado interno "integra o patrimônio nacional", forma estranha de abrir as portas para a reserva de mercado. E o segundo diz o inacreditável: em setores de tecnologia de ponta, além das obrigações, a empresa para ser nacional (logo participante do mercado tem de estar sujeita ao controle tecnológico nacional, "em caráter permanente, exclusivo e incondicional". Ou seja, estamos proibidos de receber tecnologia de ponta, salvo de Instituições de caridade.

Já estamos isolados. Nossos superávits comerciais são resultado da queda de importações. E essas importações mal chegam a ridículos 5% do PIB. Tecnicamente somos uma economia fechada, em pleno final do século XX. O resultado é uma despedida do mundo que cresce. Tudo que temos à volta está desatualizado: o computador, a lâmpada, a maçaneta da porta o tecido da camisa, o forno de fazer pão, a caixa do supermercado. A Constituição, que seria a esperança de modernização, está-se tornando o acelerador do retrocesso.

Por um exercício de ideologia e oratória, querem fazer do Brasil uma grande Nicarágua. Enquanto se aprovam essas tolces, chefes de família estão sem emprego, crianças sem escola nem leite, e o salário do trabalhador acaba no dia 10. Não se culpe a democracia. As últimas eleições foram fraudadas pelo Plano Cruzado, e deus-nos uma liderança que perdeu sua legitimidade. Eleições gerais que pedissem ao Brasil para escolher entre o futuro e o passado mostrariam que o povo quer progresso e não desemprego. Ou elas, ou a Nicarágua.

•Deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro